

JORNAL DE BRASÍLIA

Um bilhão por dia

A despesa da Previdência com benefícios sociais e com assistência médica segue a curva da inflação brasileira. Qualquer coisa ao redor de 200%, nos últimos 12 meses. A receita do sistema embarca na variação da folha de pagamentos das empresas e segue a variação da massa de salário. Em volume e em valor, existente na economia.

O cálculo é da própria Previdência: com a redução do número de empregos e com a redução do valor real do salário, a receita perde para a despesa na proporção de Cr\$ 1 bilhão por dia.

Sem a transfusão de sangue de outros orçamentos da República, o sistema previdenciário acabará internado no necrotério dos sonhos desfeitos.

O ministro Jarbas Passarinho vai aguardar a volta do presidente Figueiredo, dia 21, para divulgar um relatório sobre o "estado de saúde" da Previdência, com as propostas de medicação do gigante.

Na posse do cargo, segunda-feira, o ministro ficou no discurso sem compromisso. Aos jornalistas, preferiu adiantar que "os remédios serão necessariamente amargos" e que um novo "pacotão" da Previdência deve ser editado ainda antes do Natal. Jarbas Passarinho desconservou:

"Não penso em aumento das alíquotas nem em redução dos benefícios. Vou tentar acabar com o desperdício na execução dos servidores, começando pelas operações bancárias do sistema".

O estado geral da Economia encalacrada é de guerra, mas alguns setores não querem ligar o desconfiômetro e tocam os seus negócios em ritmo de festa.

O comércio atacadista de gêneros alimentícios, por exemplo, ataca a política cambial restritiva e informa que os consumidores vão pagar mais de 300% de aumento nos preços das frutas de Natal — as importadas.

O Banco Central demorou na liberação do câmbio e as compras lá fora, feitas com atraso e tudo em "cash", estão trocando o navio pelo avião. Enquanto a agricultura de exportação paga Cr\$ 300 por um litro de óleo diesel (em nome da poupança de

dólares via redução do consumo de derivados de petróleo), o comércio de alimentos queima milhões de dólares na importação de castanhas portuguesas, avelãs espanholas, nozes italianas, amêndoas chilenas, passas americanas, figos gregos, vinhos argentinos...

Ano passado, toneladas desses aceipipes sem mercado foram enterradas nos lixões da periferia. O problema é menos de intemperança cambial e mais na improriedade social.

Cresce o número de hortas comunitárias no interior de São Paulo. Em terrenos ociosos de escolas, fábricas, clubes e igrejas, a comunidade vem cultivando verduras e legumes para consumo doméstico.

A orientação técnica é da Secretaria da Agricultura, que mobiliza o potencial das casas de lavoura e os estudantes de Agronomia, algumas empresas cedem o fundo da fábrica para o desfrute dos empregados, fazendo brotar hortas de até dez hectares...

Um plano equivalente será lançado na Área Metropolitana: a horta em terreno baldio, com o proprietário recebendo generosas reduções fiscais.

Agora, só falta o Governo ensinar o Brasil a fazer horta em fazenda. Se o Governo não se mexer...

A estiagem mental é tão grande que o ministério da Agricultura teve de descobrir micro-regiões da Amazônia para a implantação de projetos de horticultura. As hortaliças de chapa-branca serão cultivadas em Rondônia, Roraima, Amapá, Amazonas, Pará...

Manaus consome salada cultivada na periferia de São Paulo, via Varig, Transbrasil e Vasp. Em Belém, 75% do preço do tomate ou do almeirão têm explicação: frete.

Ter de ensinar o povo a fazer horta é dose, pior que isso só a importação de arroz da Tailândia. Eu estava em Bangkok no mês passado e quase morri de vergonha verde-amarela.

Quebra de 40% no plantio do algodão. Vamos importar "Jeans".

A culpa é do "bicudo", uma praga que se divertiu com a letargia de nossa tecnoburocracia.

6 NOV 1983

O atraso na liberação dos créditos de custeio para áreas não interditadas pelo cinturão sanitário desfalcou a área cultivada nesta safra de verão.

A retenção dos financiamentos nada tem a ver com o "bicudo". A praga, no caso, é outra. E ataca não apenas o algodão.

Para José Resende Peres, que é do ramo, o problema da baixa ingestão de alimentos no Brasil do berço esplêndido deve ser debitado à péssima utilização do recurso — somos maus administradores e, por extensão, maus agricultores.

O desfrute de um espaço agricultável que se multiplica no conceito do hectare/ano — milagre da Natureza do trópico quente e úmido — patrocina o desleixo na gestão e a impunidade no balcão. Até não se plantando, tudo dá.

Mas não estamos colhendo mais que meia tonelada de cereais por habitante. Um desfrute que situa o Brasil na categoria dos países do Sahel, onde o deserto avança de 20% ao ano.

No momento, o Brasil enfrenta o vexame do milho, que já foi prato de resistência do cardápio nacional.

José Resende Peres não deixa por menos: estamos destruindo o milho, assim como já destruímos o leite. Um pesado tributo que pagamos à incompetência administrativa e à desorganização do mercado. E para onde o milho vai, o frango, o porco e a vaca vão atrás: para o brejo.

Na ração animal, o milho subiu 740% em apenas um ano.

O descalabro justifica, segundo Resende Peres, o lançamento de um autêntico Promilho: redução dos juros de custeio para 50% das ORTNs, zoneamento da produção pela Embrapa, adubação compulsória, certificação da semente, tratamento adequado do solo, financiamento de máquinas e combustíveis, preços de garantia corrigidos em dólar oficial e uma coordenadoria nacional integrada por gente do ramo.

O Brasil colhe 1.300 quilos por hectare. No nordeste, menos de 600 quilos. Americanos e europeus, no mesmo espaço, colhem cinco vezes mais.

O resto é preguiça.